



Ação política e intencionalidade formativa na participação das crianças no Movimento Sem Terra

Fábio Accardo de Freitas

Faculdade de Educação, Unicamp – Campinas, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1370-0466>

Maria Cristina Soares de Gouvea

Faculdade de Educação, UFMG – Belo Horizonte, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8023-1762>

Introdução

Em fevereiro de 2014, durante o VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aproximadamente mil crianças protagonizaram uma ação política de ocupação da esplanada do Ministério da Educação (MEC), protestando contra o fechamento de mais de trinta e sete mil escolas do campo. Ao final do protesto, as crianças lambuzaram suas mãos de tinta vermelha e carimbaram os muros e vidros do ministério em um ato simbólico que demonstrava a existência de crianças nos assentamentos e acampamentos e a real necessidade de abertura de escolas nas áreas de reforma agrária (ROSSETTO; FREITAS; SILVA, 2015).

A experiência de participação das crianças nessa mobilização infantil foi essencial para que o MST pudesse refletir sobre a infância no movimento, realizando, seis meses depois, o II Seminário Nacional da Infância Sem Terra. No documento síntese desse seminário, destaca-se uma concepção de infância do MST vinculada à história da luta deste movimento social. A criança no MST existe “porque há concentração de terras em nosso país e existem famílias que lutam por seu direito à terra e à vida” (GREIN, 2014, p. 125). Reconhece-se que a infância está em todos os espaços do MST, “no assentamento, no acampamento, nas marchas, nas mobilizações, nas reuniões, na produção, nas celebrações, nos conflitos, nas feiras, na família, na escola, etc.” (GREIN, 2014, p. 126), tendo a luta popular e a organização coletiva como as principais experiências formativas e educativas.

O documento também identifica a vinculação do lugar da infância no MST com a luta e a organização das mulheres, mostrando que, diante da inserção das mulheres na luta e no trabalho, surge a necessidade de espaços de cuidado, educação e participação para as crianças Sem Terrinha. Além disso, aponta a necessidade de reflexão pelo MST sobre qual o lugar da infância na luta social, e qual a tarefa dos Sem Terrinha perante a sociedade.

As crianças estiveram presentes desde o início da história do MST, compartilhando com os adultos todo o processo da luta social (ROSSETTO, 2009). A luta pela terra é uma luta em família, sendo esta afirmada como sujeito coletivo desse movimento social. Essa centralidade da família implica considerar a criança como necessariamente incluída nessa luta, desenvolvendo formas singulares de participação. A sua experiência de infância é marcada pela pertença a um movimento social, que constitui a sua identidade, uma vez que “a criança nasce embaixo da lona preta e, portanto, se torna parte dessa luta, se torna criança Sem Terra” (GREIN, 2014, p. 125). Nessa trajetória histórica, as crianças passam de testemunhas da luta para sujeitos protagonistas da luta pela terra (CALDART, 2012).

Podemos ver como o impacto da participação das crianças mobilizou todo o conjunto do Movimento Sem Terra a refletir sobre a infância, reconhecendo os limites e os desafios que enfrenta no trabalho com as crianças, questionando, principalmente, como estas têm participado dessa organização política e o lugar que ocupam no movimento social. Tal processo demonstra como as crianças provocam transformações internas no movimento, em suas estruturas organizativas, possibilitando o seu reconhecimento na luta pela terra.

Ao longo desta trajetória de afirmação do lugar da infância, o MST desenvolveu uma série de instâncias de participação infantil, como a Ciranda Infantil, os Encontros dos Sem Terrinha, as produções midiáticas, como o Jornal e Revista Sem Terrinha, os CDs musicais e os programas de rádio feitos com e pelas crianças. A existência desses espaços na dinâmica do movimento social são expressões de um *processo sistemático de construção da participação política das crianças no MST*.

Vemos que as ações e reflexões sobre e com as crianças realizadas ao longo do tempo pelo MST evidenciam um projeto de cuidado e educação que procura conciliar as concepções da luta por um

projeto alternativo de sociedade com a necessidade de assegurar a continuidade do movimento por meio da formação de novos militantes. A participação política das crianças, embora seja parte de um projeto de futuro, se faz no presente, no interior de relações intergeracionais. Dessa forma, o MST coloca em prática uma *intencionalidade formativa*, na medida em que busca construir, com elas, subjetividades que incorporem a luta pela terra como parte da prática social. Nesse processo identitário, ao se reconhecerem como Sem Terrinha, as crianças afirmam-se como atores políticos. Tal movimento não se faz sem tensões, em que as crianças, em suas ações, questionam uma perspectiva adultocêntrica de ação política, trazendo novas sensibilidades e linguagens e demandando participação nas instâncias decisórias.

Neste artigo, buscamos discutir a condição de ator político da criança, a partir da análise da experiência da participação política das crianças no MST, buscando refletir sobre o que caracteriza a sua condição de ator político e a singularidade da ação política infantil.

Trazemos para a análise eventos protagonizados pelas crianças, os quais, ao proporcionar experiências concretas de participação coletiva e de exercício decisório dentro da estrutura e dinâmica do movimento social, mobilizam uma intencionalidade formativa. A escolha desses eventos se dá pela processualidade que evidenciam no momento em que destacam a organização coletiva do movimento social em torno da infância e a construção do lugar de atores/sujeitos políticos das crianças Sem Terrinha. Entendemos que a condição de ator político não se estabelece por uma definição ontológica, mas se constitui a partir da experiência social da criança, em ações e práticas que informam sua subjetividade.

Inicialmente apresentaremos a discussão da singularidade das ações políticas infantis e a condição de ator político da criança no diálogo com os Estudos da Infância. Num segundo momento, iremos contemplar três eventos, que contaram com a participação do pesquisador, no papel de educador, e que nos permitem observar, em movimento, o processo sistemático de construção de espaços de participação política das crianças, analisando como acontece a intencionalidade formativa no movimento social e a singularidade das formas de ação política das crianças.

Participação infantil e ação política

O conceito de participação infantil, no campo dos estudos da infância, tomou como referência a ação cotidiana da criança, nos espaços de inserção (notadamente a casa, a escola, a cidade), a partir das experiências de crianças do Hemisfério Norte. Estas mostram-se caracteristicamente individualizadas, institucionalizadas, entendidas como exercício de formação para a cidadania na vida adulta, referindo-se a temáticas relacionadas diretamente à infância e seus direitos (TAFT, 2019; LIEBEL, 2019). Busca-se desenvolver a participação na vida social, através de estratégias como consulta individual e eleição de representantes, mimetizando-se as estratégias adultas formais. Ou, como pontua Spyrou (2018), a questão é tematizada no campo através da discussão sobre a produção de estratégias metodológicas de participação das crianças na pesquisa¹. Liebel (2012), ao analisar a participação infantil, crítica tomarmos como referência sua definição conceitual. Para o autor em questão, cabe compreender a participação infantil a partir de

¹ É interessante observar que a obra de referência internacional sobre os Estudos da Infância, *The palgrave handbook of childhood studies* (2009), sequer incluiu a participação entre os conceitos e temáticas do campo.

experiências sociais concretas, numa perspectiva analítica nomeada “participation from below”².

Neste sentido, ganha destaque a participação infantil em ações coletivas e movimentos sociais presentes no chamado Sul Global (ou países majoritários, como prefere Punch, 2020), como os movimentos de crianças trabalhadoras (TAFT, 2019), crianças deslocadas (BERENTS, 2018; CAMACHO; GOUVEA, 2023; COLARES, 2019), crianças em guerra (BOYDEN; DE BERRY, 2004), em movimentos de ocupação urbana (BIZZOTTO, 2022; SHABEL, 2016), movimento zapatista (NUÑEZ PATIÑO, 2011; RICO MONTOYA, 2013) e de luta pela terra (RAMOS, 2022; FREITAS, 2022), dentre outros.

A análise de tais movimentos vem possibilitando avançar na compreensão da participação, destacando-se sua dimensão política, bem como alargando a compreensão das relações intergeracionais que o informam (PUNCH, 2020). Isso vai ao encontro das ideias de Torres Velázquez (2015), para quem a participação

trasciende a la niñez como sector y se vincula con la acción colectiva de los movimientos sociales, pues niños y niñas son integrantes plenos de la comunidad organizada a la que pertenece su familia; son niños y niñas cuya conformación subjetiva está permeada por la socialización política (TORRES VELÁZQUEZ, 2015, p. 4).

Na condição de sujeitos sociais dos movimentos, as famílias (e conseqüentemente as crianças) rompem com o modelo hegemônico que as relacionam ao espaço doméstico e à esfera privada do mundo social. Observa-se que as fronteiras entre as esferas pública e privada mostram-se menos definidas, com as crianças participando ativamente da manutenção da família e das ações políticas dos movimentos sociais (FREITAS et al., 2023).

Neste sentido, a estrutura desses movimentos sociais e ações coletivas³ enseja formas de participação caracteristicamente coletivas, não submetidas a ações do Estado ou partidos políticos, tendo como objetivo a melhoria das condições de vida, relacionadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao participar diretamente de movimentos sociais, as crianças se afirmam como atores políticos, o que demanda uma melhor compreensão do conceito. Kallio (2009) situa a emergência da discussão sobre a condição de ator político da criança a partir da década de 1950 no movimento negro por direitos civis, em suas lutas por escolas integradas no sul dos EUA. Buscando analisar a participação das crianças nestas duras lutas que envolviam enfrentamento físico, Arendt (1959 apud KALLIO, 2009) questionava-se se elas deveriam ser expostas, ou deveriam ser protegidas, restringindo-as à esfera da vida privada, da família e da escola, onde se preparariam para a participação futura. Davis (2018), naquele contexto, defendeu o direito das crianças a participar da luta, ressaltando não apenas ser este o desejo das mesmas, mas que elas contribuíram para visibilização do racismo

Kallio (2009) retoma esta polêmica, por um lado, afirmando a condição de ator político da criança e, por outro, chamando atenção para a dimensão política da esfera privada e da vida cotidiana, como vem demonstrando os estudos feministas. Por fim, destaca que a dimensão política das

2 Ainda que o autor não faça esta relação, parece-nos que o termo dialoga com a perspectiva da história social inglesa, definida por Thompson (1966) como “history from below”, que justamente propõe uma historiografia fundada na experiência histórica concreta da classe trabalhadora.

3 Para uma distinção entre movimentos sociais e ações coletivas, ver Gouvea et al. (2019).

ações da criança ultrapassa a condição de ator social. Nesta direção, Oswell (2018, p. 199) aponta, no campo dos estudos da infância, uma indistinção entre ação social e ação política, como se a vida social e a vida política da criança fossem conceitualmente equivalentes: “A vida social da criança é compreendida como conceitualmente equivalente à vida política da criança”.

Cabe indagar: como a criança atua politicamente? Qual o espaço e as características da ação política infantil? Oswell (2018) considera que o conceito de ação política tem por base uma tradição que remonta a Aristóteles, segundo a qual essa ação política se exerce na res publica, por cidadãos considerados providos de uma racionalidade caracteristicamente adulta, masculina e desracializada. Nesta tradição, como expresso por Arendt (1959 apud KALLIO, 2009), as crianças não poderiam ser atores políticos, na medida em que, no exercício de uma racionalidade distinta, fazem uso de outras linguagens.

Ao analisar tais linguagens e expressões das crianças, Kallio (2009) afirma que a ação política infantil seria mais intangível, complexa e diversa. Oswell (2018, p. 203) pontua que a concepção adultocêntrica de ação política, calcada na primazia da fala, contrasta com a ação política infantil caracteristicamente mais “barulhenta, confusa e corporal”, em suas expressões; “não se pode pensar um papel já definido de ator político, aplicando-o à criança, mas sua presença na política implica num redesenho dos termos, condições e posições do próprio conceito de política”.

Nesse sentido, os canais de expressão política da criança, fundados em sensibilidades distintas, sinalizam o recurso a outras linguagens e mídias. Destaca-se como o corpo constitui uma das dimensões centrais de expressão da criança, em que a performance corporal faz-se presente no diálogo com outras linguagens. Para Kallio (2009), no exercício de sua ação política, diferentemente do adulto, a criança recorre ao corpo como canal de expressão, na medida em que não apresenta a mesma expertise retórica do adulto. Destaca-se também a dimensão pragmática, em que a criança, na construção de soluções para problemas concretos, reflete sobre sua realidade. Para Shabel (2016), as expressões políticas das crianças demonstram a centralidade do corpo e do brincar, numa dinâmica híbrida entre luta e brincadeira.

Importante ter em vista que a criança não pode ser tomada, ontologicamente, como ator político, como se fosse uma condição dada. Kallio (2009) propõe uma abordagem fenomenológica que analise, nas situações concretas, em que condições, através de quais expressões e em que contextos, a ação política da criança se efetiva.

Tendo essas questões em vista, iremos analisar três eventos que nos permitem refletir sobre a singularidade das formas de participação e ação política das crianças no interior de movimentos sociais, destacando sua intencionalidade formativa.

Participação política das crianças no MST

Os eventos analisados constituem parte da pesquisa de doutorado intitulada *Infância e movimentos sociais: participação política de crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)* (FREITAS, 2022). A autora em questão teve como estratégia principal a observação participante de espaços coletivos de participação das crianças que integram a dinâmica de organização e mobilização do MST. Como parte da experiência de mais de quinze anos de trabalho como educador e pesquisador, em que se acompanhou a ampliação do lugar da infância e das crianças na dinâmica do movimento social, a pesquisa se dedicou a observar eventos e espaços das crianças que apresentaram esse processo da participação infantil. Tal processo envolveu um crescente movimento de posicionamentos e tomadas de decisão pelas crianças, na direção de uma reorganização interna do movimento, afirmando-se como atores políticos.

Os três eventos que aqui apresentamos são um recorte da pesquisa de campo e mostram um encadeamento de espaços de participação política das crianças, que se vinculam pelas suas decisões e organização coletiva para sua realização. A sistemática de construção da participação infantil é um processo que antecede os eventos aqui analisados, e que continua para além da pesquisa realizada. Sabemos que a participação infantil não constitui um ponto de partida, mas uma construção (CUSSIÁNOVICH, 2003). Tal construção dá-se no interior de relações intergeracionais e hierárquicas que, ainda que socialmente definidas, implicam numa constante negociação. As experiências aqui trazidas permitem-nos compreender os desafios na construção dessa participação na sua concretude, a partir da dinâmica de um movimento social.

Encontro Nacional Sem Terrinha

O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha ocorreu em Brasília, em julho de 2018, quatro anos após a mobilização das crianças no MEC, descrita no início deste artigo. As reflexões desencadeadas naquele momento e os encaminhamentos do Seminário da Infância foram elementos importantes para a gestação do Encontro Nacional, que teve como objetivo central propiciar a participação infantil.

Assim, a realização do Encontro Nacional se apresentou como um momento em que todas as experiências anteriormente acumuladas de participação das crianças no MST foram colocadas em movimento. Ele é uma parte de um longo processo, mas que se apresenta como um ponto de inflexão ao colocar como aspecto central a participação das crianças. O movimento social buscou criar mecanismos para propiciar tal participação, considerando as especificidades das linguagens infantis e as relações de poder entre adultos e crianças (GOUVEA et al., 2019).

Dois anos antes de sua realização, foi estabelecida uma agenda de mobilização e de trabalho com as crianças que possibilitou sua organização e planejamento conjunto com os adultos. Entre 2016 e 2017, mais de dez mil crianças participaram dos encontros regionais e estaduais Sem Terrinha por todo o Brasil, que tiveram como objetivo o levantamento de demandas e pautas de lutas específicas das crianças. Além disso, em agosto de 2017, realizou-se uma Oficina preparatória para o 10º Encontro Nacional, em Brasília, em que as crianças ali presentes construíram uma proposta geral para o Encontro Nacional e, a partir das ideias e pautas levantadas entre as crianças Sem Terrinhas de todo o país, escreveram uma primeira versão do Manifesto das Crianças Sem Terrinhas.

Durante a realização do Encontro Nacional, todas as tarefas, decisões e coordenações dos espaços foram compartilhadas entre adultos e crianças. GOUVEA et al. (2019) descrevem detalhadamente todo esse processo intergeracional da realização do Encontro Nacional, que busca romper com a separação entre mundo infantil e adulto, na medida em que ambos compartilham um projeto coletivo de transformação social. Coloca-se em prática, assim, uma intencionalidade formativa, em que a participação infantil constitui tanto um direito a ser conquistado no futuro, quanto uma prática concreta no presente.

Decidido e indicado pelas crianças presentes na reunião preparatória, o evento proporcionou diversas atividades brincantes, culturais e uma série de oficinas artístico-culturais. Show, teatros, espetáculos, mágicos, palhaços, brincadeiras livres, danças, capoeira, pipa, poesia, música, batucada, cinema, literatura, rádio etc. fizeram parte da programação do evento, misturando as diversas linguagens da infância e suas formas de interpretar o mundo social, com suas ações políticas, compondo uma dinâmica híbrida entre brincar e lutar (SHABEL, 2016). Percebe-se que as formas de expressão política das crianças se centram no corpo, na ludicidade e na coletividade, do fazer com o outro, distintas das formas adultas individuais que destacam uma racionalidade

centrada na performance oral.

Um aspecto importante do Encontro foi a marcha das crianças. A marcha é uma das formas de protesto mais utilizadas pelo MST e pode ser entendida como parte do repertório de ação (TILLY, 2010) desse movimento social. As crianças vivenciam as marchas junto com seus pais e mães desde pequenas, assim como realizam suas próprias mobilizações infantis (RAMOS; AQUINO, 2019). Esses momentos de luta são entendidos como princípio educativo na formação dos sujeitos sociais coletivos do MST, o que caracteriza a Pedagogia do Movimento Sem Terra, em que a mobilização coletiva e a participação política dos sujeitos são entendidas como processos educativos em movimento.

A marcha foi uma demanda das crianças desde a oficina preparatória, em que planejaram momentos na programação do encontro de preparação para a luta, com a confecção de cartazes, de gritos de ordem e músicas. Nela, fizeram um protesto em defesa da educação do campo no espaço externo do MEC e entregaram o Manifesto Sem Terrinha, como documento que continha suas demandas. A passeata seguiu pela Esplanada dos Ministérios, passando pelo Congresso Nacional, encerrando na Praça dos Três Poderes, onde fizeram uma grande roda de ciranda, misturando dança, palavras de ordem, música e protesto.

Ainda que houvesse todo um esforço para uma maior participação infantil, por muitas vezes percebemos tensões nas relações de poder intergeracionais. Isto se evidenciou em decisões tomadas somente pelos adultos, no embate entre a vontade de brincar das crianças e algumas regras e disciplinas por eles estabelecidas, bem como na construção de uma programação intensa que, mesmo prevendo momentos livres para brincadeiras, compreendeu outras atividades e tarefas que as crianças precisavam realizar. Em certos aspectos, o evento reproduziu as dinâmicas e repertórios de ação do movimento adulto, ao centrar-se em atividades plenárias, dificultando a real manifestação e escuta das crianças, tomando um caráter formal e adultocêntrico. Além disso, observou-se a tensão na apreensão pelos adultos das diversas linguagens infantis, sendo a participação muitas vezes compreendida como mimetização das expressões da participação adulta.

Em entrevista feita com algumas crianças que estiveram no Encontro Nacional, foi questionado se haveria diferença entre um encontro organizado pelos adultos e um encontro organizado totalmente pelas crianças. Nas respostas, elas reconheceram a importância do papel dos adultos, tanto pela sua experiência acumulada quanto pelo lugar de formadores, que dão suporte às crianças. No entanto, elas apontaram que em um encontro organizado pelas crianças teria mais brincadeiras, tempo livre, oficinas, nas quais elas ocupariam todos os espaços de apresentação e coordenação. Verifica-se como as crianças valorizam suas linguagens e expressões culturais, criticando sua memorização pelos adultos, como ocorreu na programação do evento.

Esses elementos nos recolocam a reflexão de que a participação infantil não prescinde das relações intergeracionais e que se faz presente a necessidade de se pensar nas dinâmicas sociais das relações de poder entre os polos adulto-criança. Como apontam Pires e Branco (2007), afirmar a participação infantil não implica entender que a criança e o adolescente sejam os atores únicos no desenvolvimento da trama social. Adultos são necessariamente atores; e a participação política, tanto de adultos quanto de crianças, constitui não um ponto de partida, mas um processo em permanente construção.

Oficina Estadual e Encontro Regional Sem Terrinha em Minas Gerais

A carta de compromissos é um instrumento que faz parte da dinâmica de organização do MST.

Ela surge como sistematização de demandas concretas e formulação de linhas organizativas e políticas a serem construídas pelo conjunto do movimento social nos anos seguintes. As crianças escreveram a sua Carta de Compromissos⁴, lida no último dia do Encontro Nacional, na qual enfatizaram a luta pelos direitos da infância, a identidade Sem Terrinha, a necessidade de sua escuta pelos adultos do movimento, a defesa de sua auto-organização e participação, como coordenadoras, em reuniões e encontros nos acampamentos e assentamentos.

Os pontos destacados na carta apresentam decisões das crianças que mostram aos adultos do MST a necessidade de mudanças e transformações na estrutura do movimento social, para que possam acolher o novo lugar que as crianças querem ocupar, como sujeitos políticos dentro do movimento do qual fazem parte. De maneira semelhante ao impacto da mobilização infantil no MEC de 2014, trazido no início deste artigo, a carta das crianças provocou o conjunto do MST a refletir, tomar novas diretrizes de ação e transformar suas práticas em torno da infância.

Como educador e pesquisador, pude acompanhar⁵ o reflexo das decisões das crianças expressas na carta ao final do Encontro Nacional. Assim, trazemos para análise a Oficina Estadual das crianças Sem Terrinhas e um Encontro Regional Sem Terrinha, os dois ocorridos no estado de Minas Gerais (MG). A escolha de tais eventos deu-se por apresentarem uma processualidade da organização coletiva do movimento social na construção de espaços de participação política das crianças.

4 Ver a Carta Compromisso narrada pelas crianças no vídeo oficial do 1º Encontro Nacional das crianças Sem Terrinha, “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVAo>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

5 Utilizamos nesta parte do texto a primeira pessoa do singular quando refere-se ao trabalho de campo realizado pelo autor na pesquisa de doutorado, e a terceira pessoa do plural para a reflexão conjunta do autor e autora na escrita deste artigo.

Importante reafirmar que a participação das crianças não se inicia no Encontro Nacional, como também não se encerra nele. Da mesma maneira que o Encontro Nacional pode ser visto como momento que sintetiza um histórico de experiência de participação infantil construído no cotidiano do movimento social, é também o disparador de novas práticas de participação, que provoca o MST a modificar suas estruturas e seu olhar diante do sujeito político criança.

Diante dos compromissos firmados na carta e das diretrizes internas de garantia de maior participação das crianças, um ano após o Encontro Nacional, o setor de educação do MST do estado de MG decidiu realizar a Oficina Estadual. Durante os três dias de programação, participaram da Oficina dez crianças, entre sete e doze anos (seis meninas e quatro meninos), um menino de quatro anos e treze educadoras. Nos modos da Oficina Nacional, esta também teve como objetivo a formação das crianças para a efetivação de seu protagonismo na construção e condução dos encontros regionais de todo o estado.

Participando como educador, realizei a *dinâmica da Ilha Deserta*, pensada como uma estratégia metodológica educativo-investigativa, a qual consistiu na simulação de um naufrágio em que as crianças participantes precisaram discutir como se organizariam para sobreviver na ilha. Em um segundo momento, após a dinâmica, fiz uma conversa coletiva com o objetivo de articular as reflexões das crianças sobre as experiências vividas na brincadeira da ilha com suas vivências no cotidiano da luta pela terra, tendo como pano de fundo a temática dos direitos das crianças (FREITAS; COLARES; GOUVEA, 2020).

Divididas em equipes para tarefas específicas (alimentação, água, moradia/infraestrutura, saúde/proteção/segurança), as crianças foram provocadas a imaginar o que descobririam após uma exploração inicial da ilha e a sistematizarem, de forma escrita, as soluções para sua sobrevivência, de acordo com as tarefas de cada equipe. No entanto, ao iniciar a atividade, as crianças questionaram se elas tinham só que imaginar ou podiam passear pelo espaço para ver o que achavam ali “na ilha”. A proposição modificou a dinâmica, que era bastante discursiva, para um jogo de exploração territorial. Ao invés de imaginarem como seria a ilha, propuseram o uso de objetos que a materializasse, bem como recorreram à corporeidade para dar concretude ao espaço na construção de narrativas.

Na assembleia da ilha, cada equipe de crianças apresentou os objetos e materiais que havia encontrado e as soluções imaginadas para que fosse possível viver ali. Ao passo que apresentavam, eu as questionava sobre alguns aspectos das suas propostas, provocando-as a discutirem e decidirem as regras daquela micro-sociedade que criaram. Estabeleceram os regimes de trabalho, a rotatividade das funções, o modo de produção coletiva dos alimentos, discutiram leis e direitos, e decidiram que todas as decisões seriam coletivas tomadas em assembleia na ilha.

Foi possível perceber como as crianças lançaram mão de outras linguagens para acionar as reflexões que fizeram durante as suas apresentações. Através das brincadeiras, da linguagem corporal, gráfica, musical, utilizando objetos, as crianças produziram conhecimentos bastante complexos sobre as suas propostas de sobrevivência na ilha, as quais se conectavam com as experiências compartilhadas com adultos nos processos de ocupação de terra e na vivência nos acampamentos e assentamentos. Destaca-se o caráter narrativo e imaginário, mas ao mesmo tempo pragmático e concreto das linguagens infantis e de suas ações políticas, diferente das linguagens e ações abstratas, discursivas e reflexivas adultas. Elas apresentam a necessidade de se utilizar de outras linguagens na construção da sua participação política, não ancorando somente no discurso oral e escrito.

Todos esses elementos vividos na ilha deserta fizeram parte da discussão coletiva sobre os direitos das crianças. Ainda bastante viva na memória delas, a brincadeira da ilha trouxe elementos para conversarmos sobre justiça, injustiça, desigualdade, analfabetismo, direito à educação, à escola, respeito, cooperação, proteção etc. Ao comentarem sobre cada palavra/direito, meninos e meninas recorriam a histórias pessoais, suas memórias no MST e lembranças

da ilha deserta, refletindo coletivamente sobre os direitos das crianças.

As crianças presentes na Oficina Estadual construíram uma proposta de planejamento coletivo da programação para os Encontros Regionais de Minas Gerais, incluindo a atividade da Ilha Deserta. Convidaram-me para refazer a dinâmica da ilha no Encontro Regional Sem Terrinha da Zona da Mata Mineira, realizado três meses depois da Oficina, na escola do campo do assentamento Denis Gonçalves, no município de Goianá, Minas Gerais, que teve a participação de mais de cinquenta crianças de três áreas do MST daquela região. Como educador, pude acompanhar mais uma etapa dessa espiral da construção de espaços de participação infantil.

A nós interessa destacar nessa experiência do Encontro Regional como a processualidade dos eventos se configura na dinâmica interna do MST, acolhendo as decisões e proporcionando espaços participativos para as crianças. O aprendizado e decisões do Encontro Nacional reverberam após sua realização, reconfigurando as práticas entre adultos e crianças. Elas planejaram e organizaram todo o encontro com as/os educadoras/es, compartilharam a coordenação do encontro e das atividades, bem como encaminharam uma pauta de demandas para discutirem com a direção adulta do movimento social.

Nesse bojo, a dinâmica da Ilha Deserta, que aconteceu de maneira semelhante à Oficina Estadual, contribuiu para provocar, no debate sobre os direitos, uma reflexão conjunta das crianças sobre os limites das suas decisões nas esferas pessoais, familiares e comunitárias. No âmbito do MST, as crianças reconheceram que há uma separação dos espaços e tempos em que é permitida sua participação e decisões. Deixaram claro que, na Ciranda Infantil, se organizam, falam, decidem, batem o pé, formam maioria para terem suas opiniões levadas a cabo. Já nos espaços adultos, de reuniões e assembleias, não são ouvidas.

Existe uma tensão latente, na sociedade em geral, mas também no MST, em que meninas e meninos têm consciência das relações de poder intergeracionais nas quais estão imbricados. No entanto, é interessante observar como é reorganizada essa gramática geracional quando o movimento social é provocado a reconhecer e promover a participação infantil, evidenciado na organização deste Encontro Regional. Podemos perceber, assim, que as relações geracionais não são estanques, sendo possível suas matizações e transformações de acordo com os contextos e ações dos sujeitos implicados.

A experiência de terem se auto-organizado na Ilha e tomado decisões coletivas de como poderiam ali sobreviver despertou nas crianças a possibilidade também de quererem decidir coisas sobre as suas realidades. Assim, elas levantaram, sistematizaram as suas demandas e elegeram suas representantes para levarem suas pautas para a reunião com os adultos, na tentativa de terem as suas decisões reconhecidas, legitimadas e efetivadas dentro da estrutura do movimento social.

Intencionalidade formativa e o processo sistemático da participação infantil

Observa-se que a participação das crianças faz parte de um processo que precisa ser construído, alimentado e estruturado. A participação é um processo constante de aprendizagem e de construção de espaços que possibilitem aos sujeitos experienciar práticas coletivas de auto-organização, discussões e decisões. Os eventos que apresentamos mostram esse processo sistemático de construção de espaços de participação das crianças Sem Terrinha, que perpassa toda a história do MST, atravessado pelas relações de poder intergeracionais, que por vezes potencializaram e por vezes limitaram a participação infantil. Entendemos esse processo como um aprendizado em movimento. Participar, no movimento social, se aprende participando. Seja

nas lutas, nas marchas, nas reuniões, na Ciranda Infantil, nos encontros etc., as crianças são convocadas a falar, propor, escutar, decidir, num exercício de participação coletiva constante.

É interessante observar como esse processo continuou mesmo em uma situação atípica como a pandemia da COVID-19. Pudemos acompanhar as mobilizações das crianças durante o período pandêmico e observamos, virtualmente, a participação das mesmas durante a Jornada Virtual Sem Terrinha realizada em 2020. Confrontado pelo contexto de crise política e sanitária, o MST decidiu manter a tradicional mobilização das crianças em outubro, garantindo a participação destas, mesmo em meio ao isolamento e à condição de virtualidade das relações. O evento consistiu na publicação, durante uma semana, de vídeos e fotos nas redes sociais oficiais do MST, mostrando diversas ações e atividades realizadas pelas crianças nos assentamentos e acampamentos em todo o território nacional. A jornada foi encerrada com a realização da Assembleia Nacional Virtual Sem Terrinha. Guiados por um roteiro construído entre adultos e crianças, dois Sem Terrinhas, um menino e uma menina (de estados diferentes do Brasil), conduziram a assembleia, apoiados, também virtualmente, por um adulto. A Assembleia teve a participação síncrona de quinhentas crianças na sala da reunião virtual, tendo sido acompanhada por outras crianças e apoiadores pela transmissão ao vivo no YouTube. Percebe-se assim que, mesmo em um momento atípico, o movimento social conseguiu mobilizar toda sua experiência acumulada, criando novas formas e espaços de participação infantil.

A participação política das crianças evidencia um projeto de cuidado e educação que procura conciliar as concepções de um projeto alternativo de sociedade com a necessidade de assegurar a continuidade do movimento por meio da formação de novos militantes. A participação infantil, embora seja parte de um projeto de futuro, é feita no presente. Dessa forma, o MST coloca em prática uma intencionalidade formativa, na medida em que se busca construir, com elas, subjetividades que incorporem a luta pela terra como parte da prática social da infância Sem Terrinha.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra compreende que a formação dos sujeitos não se dá somente pela assimilação dos discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência em ações de luta que modificam os modos de vida anteriores desses sujeitos. Nesse sentido, ao participarem das marchas, protestos, de uma ocupação de terra, ao se organizarem no acampamento, ao participarem de processos de decisão coletiva, ao resistirem e conquistarem o direito à terra, de encontros, de reuniões, de congressos e eventos, os sujeitos tomam parte de processos que marcam a sua trajetória e a constituição da sua identidade. Não se luta só porque a luta é educativa, mas porque as condições objetivas de vida determinam a necessidade de se lutar por mudanças. E no processo de transformarem suas vidas, os sujeitos transformam a si mesmos, reconhecendo-se como sujeitos políticos. A participação das crianças, como pertencentes ao movimento social, contribui para o seu reconhecimento como sujeitos da luta pela terra e para a sua identidade coletiva como Sem Terrinhas.

Se, por um lado, as crianças integram o movimento como parte da família que ocupa a terra, por outro, a construção da identidade Sem Terrinha, como atores políticos e protagonistas da luta pela terra, se dá pela vivência de práticas participativas na dinâmica dos espaços do movimento social, que tem como objetivo a construção de um projeto político alternativo, que inclua as infâncias como sujeitos políticos participantes de todos os processos. A experiência social que compartilham, como atores coletivos, modifica e constitui uma outra infância, que atua politicamente, atuação que, não sem tensões, atravessa todas as dimensões da vida dos mesmos. E é da realidade concreta vivida por essas crianças que emergem concepções e formas de participação específicas de uma infância que faz parte de um movimento social

Nesse sentido, a intencionalidade formativa da participação não é uma especificidade somente das crianças. A participação política se apresenta como um direito a ser conquistado e uma

prática a ser aprendida, inclusive pelos adultos. O exercício da democracia direta, de discutir e decidir coletivamente sobre os rumos das suas vidas, muda radicalmente as relações sociais em que vivem adultos e crianças, possibilitando a criação de novas relações baseadas nos princípios da coletividade, da solidariedade, do cuidado, da interdependência, da ajuda mútua etc. Tal processo, evidentemente, não exclui tensões intergeracionais em torno de poder e representatividade, tensões estas atravessadas também por marcadores sociais como gênero, raça e geração.

A intencionalidade formativa da participação não significa o mesmo que a concepção tradicional de participação infantil, entendida como um processo formativo a ser exercido na vida adulta e não como dimensão presente na vida das crianças. Pelo contrário, a intencionalidade formativa indica um processo dialético entre presente e futuro. Para além da experiência histórica do MST, as experiências concretas de participação política das crianças em movimentos sociais latino-americanos, hoje presentes, constituem uma ruptura com uma visão adultocêntrica de participação social, cidadania e ação política, sinalizando para relações intergeracionais mais democráticas e igualitárias, coerentes com a construção de um outro projeto societário.

Considerações finais

Os processos vividos na prática de resistência e de luta pela terra resultam em aproximações dos mundos adulto e infantil nas ações políticas que realizam, porque compartilham um mesmo projeto em que a participação dos sujeitos se dá imersa no coletivo. A luta política aproxima, assim, adultos e crianças, onde a pertença ao movimento social constitui a identidade dessas crianças. Elas se reconhecem como sujeitos dessa luta e compreendem que fazem parte de uma coletividade que é maior do que a sua família e a comunidade em que vivem.

Observa-se que as ações políticas das crianças são possibilitadas pelas formas coletivas e comunitárias de viver. Ainda que atravessada pelas relações intergeracionais de poder, uma infância imersa em um projeto coletivo abre possibilidades para outras formas de participação, que se confrontam com uma sociedade adultocêntrica, cujo parâmetro é o modelo adulto e individual de participação.

As crianças Sem Terrinha têm recorrido aos repertórios de ação dos adultos, reproduzindo formas convencionais de participação política, mas também as recriando. As crianças participam promovendo as suas reuniões, suas assembleias, as mobilizações infantis, seus encontros, suas marchas; e utilizam o modelo discursivo da fala, da discussão coletiva, de anotarem os pontos debatidos. Decidem, votam, escolhem, planejam, sistematizam os encaminhamentos em documentos escritos, como os seus manifestos, as cartas compromissos etc. São repertórios que fazem parte das práticas políticas do MST e os quais as crianças, desde pequenas, têm utilizado como formas de se afirmarem como sujeitos participantes do movimento social.

No entanto, nos eventos analisados, foi possível observar como as crianças, mesmo utilizando desse repertório adulto, o fazem criativamente, recriando novas formas de participação. No Encontro Nacional, ainda que se tenha reproduzido dinâmicas adultas, observamos uma miríade de formas de participação utilizadas pelas crianças: brincadeiras, oficinas, atividades culturais, os gritos de ordem, músicas, danças e teatros produzidos pelas crianças, coordenação das atividades, marcha das crianças etc. O Encontro foi um espaço coletivo que possibilitou às crianças se manifestarem politicamente das mais diversas formas.

Da mesma maneira, na Oficina Estadual e no Encontro Regional Sem Terrinha, foi possível observar como as crianças lançam mão de diferentes linguagens nas reflexões e propostas que

fizeram para sobreviverem na ilha. Através da exploração do território, da linguagem corporal, dos desenhos, utilizando objetos e fazendo brincadeiras, elas apresentaram as suas ideias na assembleia coletiva, conectando suas experiências nos processos da luta pela terra com os desafios encontrados na ilha deserta. O exercício da auto-organização infantil destacou o caráter narrativo e imaginário, mas ao mesmo tempo pragmático e concreto das linguagens infantis na construção da sua participação política.

Dessa forma, a participação política das crianças se dá de diversas formas e se expressa a partir de diferentes linguagens, questionando as formas adultas tradicionais de participação. Elas se utilizam dos repertórios de ação adultos e, muitas vezes, o fazem demonstrando bastante habilidade, colocam seus corpos em jogo, brincam, fazem arte, performances teatrais, música, dança etc. Elas articulam luta e brincadeira, lazer e reflexão, pragmatismo e imaginação, em forma de participação política que parte das diferentes sensibilidades infantis, das diferentes linguagens, do caráter corporal, coletivo e intergeracional, que relaciona o brincar e as culturas infantis às questões políticas que atravessam a sua experiência de infância.

A observação das experiências concretas de participação das crianças Sem Terrinha contribui, assim, para não tomar as crianças ontologicamente como atores políticos. Ao contrário, ao observar suas práticas participativas dentro de um contexto de luta pela terra, é possível analisar suas ações como ações políticas, reconhecendo-as como atores políticos, visto que todas as dimensões de suas vidas são atravessadas pela luta social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERENTS, H. **Young people and every day peace: exclusion, insecurity and peacebuilding in Colombia**. Routledge, 2018.
- BIZZOTTO, L. M. **Aproximações do universo infantil no contexto de uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte (MG): experiências de crianças na Rosa Leão**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2022.
- BOYDEN, J.; DE BERRY, J. **Children and youth on the front line: ethnography, armed conflict and displacement**. Berghan Books, 2004.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAMACHO, D. M.; GOUVEA, M. C. S. “For me, speaking about the past is the best in the world, for them, the worst”: social landscapes and territories of memory from displaced Colombian children. **Children & Society**, 2023.
- COLARES, E. S. **Entre ir, (não) chegar e (não) voltar: as dinâmicas dos deslocamentos forçados de crianças centro-americanas e mexicanas para os Estados Unidos**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Departamento de estudos latino-americanos, Brasília, 2019.
- CUSSIÁNOVICH, A. Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia. In: CUSIÁNOVICH, A. **Historia del pensamiento social sobre la infancia**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2003, p. 86-102.
- DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FREITAS, F. A. de. **Infância e movimentos sociais: participação política de crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.
- FREITAS, F. A. de.; COLARES, E. S.; GOUVEA, M. C. S. de. Infâncias e agência política em ações coletivas e movimentos sociais latino-americanos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-21, 2021.
- FREITAS, F. A. de et al. Political mobilization through everyday struggles: children’s participation in Brazil’s Landless Rural Workers Movement (MST). In: BARRY, P. S. et al. (Org.). **A handbook of children and young people’s participation: conversations for transformational change**. Routledge, 2023.
- GOUVEA, M. C. S. de. et al. O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil. **Sociedad e Infancias**, n. 3, p. 21-41, 2019.
- GREIN, I. O lugar da infância Sem Terra: breve histórico. In: MST. **Boletim da Educação nº 12**. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária: textos para estudo e debate. São Paulo, 2014. p. 125-126.
- KALLIO, K. P. Between social and political: children as political selves. **Childhoods Today**, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2009.
- LIEBEL, M. **Children’s rights from below: cross-cultural perspectives**. Londres and New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- LIEBEL, M. **Infancias dignas, o cómo descolonizarse**. Peru: Ifejant, 2019.
- OSWELL, D. What space for a childrens politics? Rethinking infancy in childhood studies. In: SPYROU, S.; ROSEN, R.; COOK, D. T. (eds). **Reimagining childhood studies**. London: Bloomsbury

Academic, 2018. p. 199-211.

NUÑEZ PATIÑO, K. De la casa a la escuela zapatista: prácticas de aprendizaje en la región ch'ol. In: BARONNET, B.; BAYO, M. M.; STAHLER-SHOLK, R. (Org.). **Luchas “muy otras”**: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-X/UNACH/CIESAS, 2011. p. 267-294.

PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia**, v. 17, n. 38, p. 311-320, 2007.

PUNCH, S. Why have generational orderings been marginalized in the social sciences including childhood studies?. **Children's Geographies**, v. 18, n. 2, p. 128-140, 2020.

QVORTRUP, J; CORSARO, W; HONIG, M. The palgrave handbook of childhood studies. Palgrave Macmillan: Basingstoke, 2009.

RAMOS, M. M. **Infância do campo**: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2022.

RAMOS, M. M.; Aquino, L. L. de. As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil. **Práxis & Saber**, v. 10, n. 23, p. 157-176, may./ago. 2019.

RICO MONTOYA, A. Percepciones de niños y niñas zapatistas: guerra, resistencia y autonomía. **Argumentos**, v. 26, n. 73, p. 57-78, sep./dec. 2013.

ROSSETTO, E. R. A. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009.

ROSSETTO, E. R. A.; FREITAS, F. A. de.; SILVA, N. A. Infância sem terrinha: a vez e a voz das crianças do MST. In: **Infância e movimentos sociais**. GEPEDISC - Linha Culturas Infantis, Vários/as autores/as. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015. p. 119-132.

SHABEL, P.N. “Venimos a jugar y a luchar”: participación política de niños y niñas en organizaciones sociales. **Revista Lúdicamente**, v. 5, n. 10, 2016.

SPYROU, S. **Disclosing childhoods**: research and knowledge production for a critical childhood studies. Basingstoke: Palgrave Macmillan UK, 2018.

TAFT, J. K. Continually Redefining Protagonismo: The Peruvian Movement of Working Children and Political Change, 1976–2015. **Latin American Perspectives**, Issue 228, v. 46, n. 5, p. 90-110, set. 2019.

THOMPSON, E. P. History from below. *The Times Literary Supplement*, p. 279-281, 1966.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TORRES VELÁZQUEZ, E. La fiesta y la protesta en Latinoamérica: la irrupción de los niños y niñas indígenas como actores políticos. In: **Anales del XIV Congreso Latinoamericano de Antropología**, México, 2015.

Resumo O presente artigo busca analisar a participação das crianças no Movimento Sem Terra, de forma a discutir sua condição de ator político, a partir da discussão de três eventos voltados para a organização e formação política das crianças Sem Terrinha. Tem-se em vista apreender a singularidade das ações políticas infantis, suas linguagens, entendendo que tais ações ocorrem no interior de relações intergeracionais de poder entre adultos e crianças do movimento social. Verificou-se que as crianças, ao longo do processo de ação e formação política, demandam do movimento social a construção de experiências formativas identificadas com suas linguagens, bem como sua participação na coordenação e nos processos decisórios do movimento social.

Palavras-chave: infância, movimentos sociais, participação infantil, ator político, relações intergeracionais.

Acción política y intencionalidad formativa em la participación de niños y niñas en el Movimiento Sin Tierra

Resumen El artículo busca analizar la participación de los niños y niñas en el Movimiento Sin Tierra, con el fin de discutir su condición como actores políticos, desde la discusión de tres eventos orientados para la organización y formación política de los niños y niñas Sem Terrinha. El objetivo es comprender la singularidad de las acciones políticas infantiles, sus lenguajes, entendiendo que dichas acciones ocurren dentro de relaciones intergeneracionales de poder entre adultos y niños en el movimiento social. Se observa que los niños y niñas, a lo largo del proceso de acción y formación política, exigen del movimiento la construcción de experiencias formativas identificadas con sus lenguajes, así como su participación en los procesos de coordinación y toma de decisiones del movimiento social.

Palabras-clave: infancia; movimientos sociales; participación infantil; actor político; relaciones intergeneracionales.

Political action and formative intentionality in children's participation in the Landless Movement

Abstract The article seeks to analyze the participation of children in the Landless Movement, in order to discuss their status as political actors, based on the discussion of three events aimed at the organization and political formation of Sem Terrinha children. The aim is to understand the uniqueness of children's political actions, their languages, understanding that such actions occur within intergenerational power relations between adults and children in the social movement. Children, throughout the process of action and political formation, demand from the movement the construction of formative experiences identified with their languages, as well as their participation in the coordination and in the decision-making processes of the social movement.

Keywords: childhood; social movements; children's participation; political actor; intergenerational relations.

DATA DE RECEBIMENTO: 25/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023



Fábio Accardo de Freitas

Mestre em Educação pela Unicamp e doutor em Educação pela UFMG. Realiza pesquisa no campo dos Estudos da Infância, nos temas: experiência infantil, culturas infantis e participação política de crianças em movimentos sociais na América Latina.

E-mail: fabioaccardofreitas@gmail.com



Maria Cristina Soares de Gouvea

Pesquisadora do NEPEI-FaE-UFMG. Publicou diversos artigos de pesquisa e livros abordando temas como história da educação, história da infância, estudos da infância, crianças e espaços urbanos, crianças e movimentos sociais.

E-mail: crisoares43@gmail.com